

OS INDÍGENAS E AS SUAS RELAÇÕES NA FRONTEIRA OIAPOQUE/GUIANA FRANCESA

SIMONE PEREIRA GARCIA*

ZACARIAS ALVES DE ARAÚJO NETO**

CECÍLIA MARIA CHAVES BRITO BASTOS***

INTRODUÇÃO

A temática indígena em áreas de fronteira marca atualmente uma perspectiva importante nos estudos regional, nacional e internacional, definindo-se como um território de investigação bastante promissor para a História do Presente (BARROS, 2004). A referência ao tempo presente constitui um importante veio interpretativo para os historiadores que se debruçam sobre as experiências e expectativas dos povos indígenas na atualidade.

Utilizando as referências da História do Presente, temos como objetivo abordar as relações constituídas pelos povos indígenas na região fronteira Guiana Francesa (França) e Oiapoque (Brasil), situando o processo histórico vivenciado pelos grupos indígenas dessa região. A proposta é discutir como os indígenas localizados na fronteira Oiapoque-Guiana Francesa estabeleceram suas redes de comunicação e sociabilidade e constituíram sua história na fronteira, considerando, também, as suas relações mantidas com o estado brasileiro e francês.

Desta forma, foi desenvolvida pesquisa bibliográfica e de campo. Coletamos informações durante duas viagens para Oiapoque e Guiana Francesa. A coleta foi feita a partir de observações, anotações e entrevistas com lideranças indígenas e ocupantes de cargos públicos em Oiapoque e Caiena que trabalham com questões indígenas. Conversamos com representantes da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em Macapá, Defensoria Pública e Institut de Recherche pour le Développement (IRD). As informações orais representaram uma fonte valiosa de informações atualizadas sobre a realidade dos indígenas do Oiapoque e da Guiana Francesa.

* Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Doutora em História Econômica.

** UNIFAP. Mestre em Direito Ambiental e Políticas Públicas.

*** UNIFAP. Mestre em Desenvolvimento Sustentável.

Com essas informações conseguimos compreender a atual situação dos indígenas do Oiapoque e da Guiana Francesa, mapeando quais características gerais podem ser constatadas de um lado e outro da fronteira: quem são os indígenas da fronteira, como vivem, quais contatos estabelecem até hoje, como são tratados pelos dois países onde vivem e quais políticas públicas acessam.

GUIANA FRANCESA E OIAPOQUE: CONSTITUIÇÃO DOS GRUPOS INDÍGENAS NA FRONTEIRA

É difícil identificar com exatidão todos os povos que habitaram a região da Guiana Francesa e Oiapoque. As narrativas históricas sobre essa região informam o aparecimento, mas também, o desaparecimento de algumas etnias. Fatores como doenças trazidas pelos europeus, guerras entre os nativos e contra colonizadores, fusão entre diferentes grupos, assimilação cultural e religiosa, estão entre as explicações para o aparecimento, desaparecimento ou diminuição de grupos indígenas na região fronteira.

Atualmente alguns estudos identificam e localizam as etnias existentes na região da Guiana, principalmente na Guiana Francesa e no Oiapoque, a partir de dados populacionais e etnolinguísticos, associados aos grupos Arawak, Tupi e Karib, que congregam uma série de etnônimos, no interior de seus grandes troncos.

Nunes Filho (2010) afirma que as populações do grupo Arawak se destacaram na Amazônia, sob o ponto de vista social, bélico e tecnológico e os Tupi estiveram em condições similares de desenvolvimento. Eram duas famílias etnolinguísticas separadas fisicamente pelo rio Amazonas, os Arawak ao norte do grande rio e os Tupi na parte sul. Os frequentes deslocamentos das duas famílias configuraram a ocupação da região com o passar do tempo. Grupos Tupi migraram em direção ao norte, espalhando-se por uma região ocupada predominantemente por grupos Arawak.

Os falantes das línguas Karib viviam ao norte do rio Amazonas, em sua maioria na região atual da Venezuela, mas, também habitavam as ilhas caribenhas, com franca expansão em direção à América do Norte. Alguns grupos de língua Karib migraram rumo ao leste da Guiana, onde se localizam a Guiana Francesa e o Oiapoque.

Sob o manto linguístico da família Karib encontram-se várias etnias conhecidas, na atualidade, ocorrendo o mesmo com as famílias Arawak e Tupi (MEIRA, 2006). De cada uma

destas três grandes famílias etnolinguísticas da região, descendem grupos identificados como diferenciados, conforme abaixo:

- Origem Arawak: os Lokono, concentrados exclusivamente no território da Guiana Francesa e os Palikur, que residem em ambos os lados da fronteira.

- Origem Karib: grupo Kali'na, também conhecido por Galibi, e os Wayana, que também estão presentes no lado brasileiro junto aos Apalai. Os franceses atribuem o nome Galibi aos indígenas da região (VIDAL, 2009).

- Origem Tupi: os Wajãpi e os Teko, também chamados de Emerillon.

As populações autóctones são diferenciadas por nomenclaturas cunhadas a partir de uma perspectiva dos recentes estudos antropológicos que tomam por consideração as similaridades linguísticas. Contudo, nem sempre os termos utilizados por esses estudiosos ou por agentes de contato coincidem com a percepção que alguns indígenas têm das diferenças em relação a outros grupos. Decorrente desse processo podemos atualmente verificar uma diversidade de grupos indígenas na região.

Estes grupos indígenas que atualmente vivem na Guiana Francesa e no Oiapoque são descendentes históricos das mais variadas populações, de origens diversificadas, que se afunilaram para essa região em tempos diferentes. Muitos foram registrados por viajantes, inclusive povos que hoje não existem mais.

A constante rede de relações existentes entre os povos que precursoramente habitaram a região da Guiana é defendida pelas autoras Dominique Gallois (2005) e Vidal (2009). Nessa rede de contatos estabeleceram relações de troca, como o escambo praticado por diferentes povos indígenas. O intercâmbio se realizava de formas variadas: troca de artefatos manufaturados, permuta de mulheres, convite para festas, por meio de visitas e ajuda na agricultura. Além disso, as guerras influenciaram muito na definição dos traços gerais de ocupação e etnicidade da região das Guianas (PATEO, 2005).

Os intercâmbios entre vários grupos, em épocas passadas, constituíram elementos para construção de um mosaico étnico dos primeiros habitantes da região. Contudo, os elementos foram sendo incorporados pelos indígenas com a presença dos Estados nacionais e seus projetos de colonização. Por exemplo, os negros escravizados pelos portugueses e franceses,

em sua rota de fuga, se encontraram com as populações indígenas, contribuindo para uma nova composição étnica.

Assim, é interessante perceber que os primeiros povos da região da Guiana Francesa e do Oiapoque compartilharam a mesma origem, do ponto de vista dos troncos linguísticos, e posteriormente foram incorporando outros indivíduos externos às populações autóctones da região. Ou seja, aos indígenas uniram-se outros provenientes de regiões diferentes e, também, negros e brancos.

A complexidade das intensas misturas foi tão significativa a ponto de emergir um novo tronco linguístico adotado pelos habitantes da região Uaçá em Oiapoque. Os Karipuna, Palikur, Galibi Marworno e Galibi Kali'na adotaram a língua creoula, comum para os povos habitantes desta região.

Grenand e Grenand (2010) indicam que atualmente vivem nove mil e quinhentos (9.500) indígenas na Guiana Francesa e conforme dados da Secretaria Especial de Saúde Indígena (2012), no Oiapoque habitam seis mil quatrocentos e setenta e quatro (6.474) indígenas.

Cada grupo indígena possui uma história específica e uma identidade própria, mas compartilhada pelos mesmos espaços e caminhos que convergem para a fronteira do Oiapoque com a Guiana Francesa.

No lado francês se estabeleceram os indígenas Wajãpi, Teko, Lokono e Wayana. Os Wajãpi da Guiana Francesa são originários da região do Baixo Xingú. Os registros sobre essa etnia existem desde o século XVII e dão conta que os Wajãpi migraram e se instalaram nas cabeceiras dos rios Jari, Amapari e Oiapoque. Nesse deslocamento se misturaram com outros grupos indígenas, fato que originou a separação interna em subgrupos, embora todos aceitem a denominação genérica de Wajãpi (GRENAND E GRENAND, 1998). Falam o Wajãpi, língua do tronco Tupi, mas a maioria fala o francês e, alguns, a língua Wayana.

Os Wajãpi habitaram a Guiana Francesa, na margem esquerda do rio Oiapoque, entre Camopi e Trois Sauts. Esses indígenas ainda conservam vários aspectos de sua cultura, como a língua e as práticas tradicionais de plantio, caça, pesca e coleta (GALLOIS; GRUPIONI, 2009).

Os Teko, também chamados de Emerillon constituem outro povo de origem etnolinguística do tronco Tupi. Migraram de regiões meridionais e atualmente habitam a região de Camopi, Tampok e Caiena. Na região de Camopi convivem com os Wajãpi e apesar dos povos gozarem de certa autonomia a relação sugere subordinação dos Teko.

Os Lokono vivem na Guiana Francesa e pertencem ao tronco etnolinguístico Arwak. Língua falada desde a Cordilheira dos Andes, estendendo-se ao centro do Brasil, norte do Paraguai e países litorâneos do norte da América do Sul, como a República da Guiana, Suriname e Guiana Francesa. Esta língua também era chamada de Lokono e serviu para identificar o povo de mesmo nome. Os Lokono vivem em Montoury, cercanias de Caiena e na cidade de Saint Laurent. Segundo Grenand e Grenand (2010), atualmente, poucos falam a língua materna e os demais se expressam através do francês.

Os Wayana são um povo que possuem uma ligação afetiva e histórica com os Aparai e costumam habitar amigavelmente juntos. São originários do alto e médio rio Paru de Leste e alto rio Jari. Em meados do século XVIII já havia registros de Wayana assentados no médio rio Maroni, mas a maior parte ainda estava em território português. Na Guiana Francesa ainda se mantêm instalados na margem direita do rio Maroni e habitando, também seus afluentes (LOPES, 2003). Existem Wayana no Brasil e no Suriname.

No Oiapoque se instalaram os Palikur, Karipuna, Galibi Marworno e Galibi Kali'na. Os Palikur tem origem antiga na região do Oiapoque. Os primeiros relatos sobre este povo são de Vicent Yanez Pinzon, em 1513, que registrou a presença de nativos sob o nome Parikura, nome utilizado para identificar o grupamento Palikur. Pateo (2005) afirma que o povo Palikur passou a ocupar o interior da região do Uaçá em decorrência de conflitos com os Kali'na. Porém, Vidal (2009) destaca que a ocupação da região Uaçá foi usada por eles como estratégia para fugir do contato com os portugueses, pois eram aliados dos franceses durante o período em que Brasil e França disputavam a fronteira entre Oiapoque e Guiana Francesa – o evento foi denominado de Contestado franco-brasileiro, desde o século XVII.

Com a decisão do Contestado favorável ao Brasil, em 1900, grande parte dos Palikur migrou para a Guiana Francesa. Nas duas décadas seguintes ocorreu o retorno de muitas famílias Palikur que se fixaram as margens do rio Urukauá, mas sem perder os vínculos com os parentes do outro lado da fronteira. Os Palikur possuem uma divisão interna em clãs. A

criança pertence ao clã do pai e a mulher não muda de clã pelo casamento. Pelas regras adotadas há a proibição de casamento entre casais do mesmo clã e entre primos paternos (VIDAL, 2009).

Os Palikur possuem um farto repertório de contos sobre suas façanhas de guerra. A utilização de escudos, bordunas, arcos, flechas, camisas feitas de cascas de árvores e grandes barcos estão presentes na narrativa das batalhas (PATEO, 2005). Como característica peculiar, os Palikur dominam a técnica de produção de objetos, principalmente de potes para armazenar a bebida fermentada chamada de caxiri, feita a base de mandioca para ser servida no ritual do Turé e ofertada aos seres espirituais em agradecimento pelas curas operadas pelos pajés.

Atualmente os Palikur praticam a fé cristã em lugar do xamanismo. A fé cristã trouxe paralelos perfeitamente encaixáveis e substituíveis à estrutura dos rituais antigos (SZTUTMAN, 2005). Há mais de três décadas são praticantes da religião pentecostal, levada as suas aldeias por um casal de missionários que atuou na região entre 1965 a 1977 (GALLOIS; GRUPIONI, 2009).

É um povo de língua do tronco Arwak, falantes do Palikur. Os mais velhos são monolíngues e os demais utilizam o português para se comunicar com os brasileiros, o francês na Guiana Francesa e o creoulo ou patois com os Kali'na, Karipuna e Galibi Marworno.

No Oiapoque os Palikur localizam-se somente na Terra Indígena Uaçá e na Guiana Francesa estão em Saint Georges, rio Gabaret, Tonate, Macouria e Régina.

Os Galibi Kali'na ou Galibi do Oiapoque pertencem ao grupo étnico que dominou a orla marítima da Guiana até o rio Oiapoque, durante dois séculos após o descobrimento. Os franceses denominaram esse povo de Galibi. Eles mantiveram um intenso histórico de guerras e inimizades com outros povos da região, em especial contra os Palikur (PATEO, 2005).

Por volta de 1950 um grupo de aproximadamente trinta (30) Galibi migrou para região do rio Maná, no litoral da Guiana Francesa, em direção à margem direita do rio Oiapoque, abaixo da cidade de Saint Georges. Nesse local construíram a aldeia São José, onde habitam até hoje. Na Guiana Francesa estão localizados em Kourou, Maná, Awala-Yalimapo e, Iracoubou e Saint Laurent.

A língua original deste povo é o Kali'na, falado no Brasil somente pelos mais idosos da aldeia que, também, conhecem moderadamente o patois holandês. Os Kali'na se acostumaram a falar o português com os não índios e o crioulo com as demais populações indígenas da região (GALLOIS; GRUPIONI, 2009). Atualmente são praticantes do catolicismo e possuem como característica diferenciada dos outros povos da região a tecelagem de redes em algodão (VIDAL, 2009).

Os Karipuna migraram para a região do Curipi no final do século XIX e já se autodenominavam desta forma. A comissão Rondon, no início do século XX, também identificou estes índios como Karipuna (VIDAL, 2009). Segundo Assis (1981), Nimuendajú identificou os Karipuna de “brasileiros do Curipi”.

Agregaram-se às famílias Karipuna outras famílias indígenas e não indígenas (GALLOIS; GRUPIONI, 2009). Os Karipuna prestigiam o casamento fechado, mas também permitem uniões com outros índios e não índios (GALLOIS, 2005).

Consta na tradição oral dos Karipuna que sua origem está associada, também, aos refugiados cabanos do Pará que migraram daquela região para o Oiapoque. Naquela época ainda falavam o nheengatu e poucos falavam o português.

Os Karipuna perderam sua língua nativa num processo de fusão e recomposição étnica. Atualmente, utilizam o português e o crioulo, uma língua comum adotada por todos os grupos da região do Baixo Oiapoque (VIDAL, 2009).

Os Karipuna habitam as Terras Indígenas Uaçá, Juminã e Galibi. Estão localizados às margens do rio Curipi, principalmente em quatro grandes aldeias (Manga, Santa Izabel, Espírito Santo e Açaizal), mas também vivem em aldeias em ao longo da BR 156.

Os Galibi Marworno são índios conhecidos como aqueles que descendem de grupos diferenciados do tronco Karib e Arwak, porém não existem mais como grupo identificável. Gallois e Grupioni (2009) destacam que tal como os Karipuna, os Galibi Marworno são um povo de origem heterogênea que se autodesignavam “gente do Uaçá”. Empreenderam guerras constantes com os Palikur e que por isso os consideram invasores dessa região.

Eram conhecidos como Galibi do Uaçá, mas passaram a utilizar a designação Galibi Marworno por iniciativa de duas instituições: do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), no final da década de 1940, momento em que se concentraram em uma única aldeia, a Kumarumã e;

nos anos de 1980 quando o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) atribuiu esse nome como o objetivo de diferenciá-los dos Galibi Kali'na, por não possuírem parentesco com esta etnia (VIDAL, 2009).

Os Kali'na esqueceram quase totalmente suas línguas maternas, o Aruá e o Maraon, também conhecido por Galibi Antigo, usado ainda em algumas frases durante as cerimônias religiosas. Utilizam habitualmente o creoulo ou patois, da mesma forma que os Karipuna e os Kali'na. Gallois e Grupioni (2009) apontam que o patois falado pelos Galibi Marworno possui diferenças dialetais em relação ao patois Karipuna. Assis (1981) destaca que o creoulo ou patois utilizado largamente entre os povos indígenas do Oiapoque é configurado como influência linguística dos franceses, desde o século XVIII, quando a região estava em litígio e contestada pelos governos brasileiro e francês.

Da mesma forma que os Palikur, os Galibi Marworno dão importância a diferenciação interna a partir da descendência patrilinear, que define o grupo de pertencimento da pessoa (GALLOIS; GRUPIONI, 2009). Praticam majoritariamente o catolicismo, promovendo festas do calendário cristão, mas atribuem grande importância a figura do pajé (VIDAL, 2009).

Os indígenas das Guianas mantiveram desde tempos imemoriais um longo histórico de contato e de relações interétnicas, baseadas em diversos tipos de trocas: amigáveis, agressivas, esporádicas e constantes. As modalidades de relacionamento visavam cambiar e comercializar produtos manufaturados ou da floresta; trocar mulheres; confraternizarem-se em festas, guerrearem entre si e, por vezes, unirem-se contra um inimigo comum.

As modalidades de relacionamentos entre os povos indígenas possibilitaram a construção de redes de sociabilidades e de defesa do seu território. Essas redes se transformaram ao longo dos tempos e foram influenciadas pela inserção de elementos externos vindos dos europeus e negros que chegaram à região durante a instalação de projetos coloniais portugueses e franceses.

INDÍGENAS DO OIAPOQUE E DA GUIANA FRANCESA: RELAÇÕES QUE SE ESTABELECEM NA ATUALIDADE

Na atual configuração da fronteira entre o Estado do Amapá (Brasil) e a Guiana Francesa (Departamento da França) habitam quatro etnias diferentes às margens do rio Oiapoque: no lado francês, no médio rio, residem os Wajãpi e os Teco, ou Emerillon, na

localidade de Camopi (GRENAND; GRENAND, 2010); descendo o rio, no mesmo lado esquerdo, contíguo à cidade de Saint Georges, vivem índios Palikur e na margem direita, lado brasileiro, localiza-se a aldeia São José dos Galibi, formada por índios Galibi Kali'na.

Ainda, existem relações interétnicas que se desenvolvem entre os indígenas da Guiana Francesa e do Oiapoque e em ambos os lados da fronteira. Os Wayana na Guiana Francesa, por exemplo, mantêm relacionamento com os Apalai do Brasil (LOPES, 2003). Visitam-se e desenvolvem práticas tradicionais de caça, pesca e coleta. O fato de falarem línguas de troncos diferentes parece não ter apresentado grande obstáculo à integração das etnias Wayana-Apalai.

Os Wajãpi e os Teko têm habitado a região do Camopi na Guiana Francesa, desenvolvendo relacionamento constante e montando alianças políticas para buscar solução em conjunto para diversos problemas que assolam a região, entre elas a prática do garimpo.

Os Palikur de Saint Georges estabelecem frequentes contatos com os parentes do Oiapoque. Este fator possibilitou para alguns Palikur do Oiapoque a dupla cidadania, conquistada em época de menor rigidez por parte do governo francês (MUSSOLINO, 2006). Alguns Karipunas e Galibi Marworno se uniram aos Palikur, do lado francês, por laços matrimoniais ou para buscarem benesses do sistema assistencialistas francês. Os Palikur franceses e brasileiros são praticantes do pentecostalismo e se fazem presentes em festas religiosas de um lado e de outro da fronteira.

Há diferenças entre os Lokono, Palikur e Kali'na, habitantes da região próxima ao litoral sudeste que se estende ao litoral norte, e os Wajãpi, Teco e Wayana, que se espalham pelo limite oeste e centro-sul, interior da Guiana Francesa.

Os indígenas do litoral são mais afetados pela cultura francesa e estão adaptados ao estilo de vida francês, quase todos falam fluentemente a língua francesa e muitos perderam o idioma tradicional. Habitam em pequenas Zonas de Direito de Uso Coletivo (ZDUC) ou em vilas indígenas, ambas construídas, pelo governo francês, em locais de fácil acesso aos centros urbanos. Isso facilita aos indígenas acessarem a escola, atendimento à saúde e participarem do mercado de trabalho. Os indígenas da Guiana Francesa desenvolvem atividades laborais nas mais variadas áreas. Trabalham na limpeza pública, padarias, como

motoristas e na indústria pesqueira e tornam-se militares e servidores públicos, mas em menor proporção.

Os indígenas do interior mantêm seu modo de vida tradicional mais preservado. Exercitam com maior intensidade as atividades tradicionais de agricultura, caça, pesca e coleta. Utilizam o idioma nativo para se comunicarem. O governo francês lhes concede ZDUC de maiores dimensões, mesmo assim ainda muito menores do que as terras indígenas do Oiapoque.

No Oiapoque as etnias Palikur, Galibi do Oiapoque, Karipuna e Galibi Marworno compartilham três Terras Indígenas (Uaçá, Juminã e Galibi) e estão em contato constante. A sociabilidade entre elas se refletem pelos contatos:

- de mobilidade, quando indígenas de etnia diferente necessitam passar pela área de habitação de outro grupo para acessar rios, estradas ou mesmo a cidade de Oiapoque ou da Guiana Francesa;

- de festas, caracterizados pela presença de etnias diferentes em um mesmo local para festejarem suas tradições, para celebrarem festas cristãs ou outros tipos de confraternização;

- políticos, durante os encontros de caciques e nas assembleias indígenas, eventos realizados em aldeia pré-definida para tratar de assuntos de interesse da comunidade indígena e, também, em encontros com o poder público brasileiro para discutir temas relacionados aos indígenas da região, situação que tem propiciado outra forma de interação para os indígenas.

Os indígenas do Oiapoque mantêm relações com as cidades de Saint Georges, Oiapoque e Calçoene. Comercializam produtos como a farinha de mandioca, frutos nativos (como açaí) ou frutas cultivadas (banana e cupuaçu), e também artefatos indígenas produzidos com sementes, miçangas, bambu, madeira e cerâmica, no interior das aldeias e fora delas - sede do município de Oiapoque e Guiana Francesa. (GALLOIS; GRUPIONI, 2009).

Atualmente, os indígenas do Oiapoque são funcionários públicos e/ou estão em cargos como: agente de saneamento indígena, professor, diretor de escola, agente de saúde e funcionários da FUNAI. Também fazem parte do quadro de funcionários de vários órgãos governamentais que tratam diretamente da questão indígena como: FUNAI; SEMAI (Secretaria Municipal de Assuntos Indígenas); SEPI (Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas do Governo do Estado do Amapá); NEI (Núcleo de Educação Indígena), ligado a

Secretaria Estadual de Educação (SEED); a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), que oferece um curso de Licenciatura Escolar Indígena; e FUNASA (Fundação Nacional de Saúde) que agrega a CASAI (Casa de Saúde Indígena), setor responsável pela saúde indígena.

Em 2007 foi inaugurado o Museu Kuahí, responsável por guardar o patrimônio indígena do Oiapoque. O Museu é chefiado pelos indígenas do Oiapoque escolhido pelo governo do Estado do Amapá.

Como podemos perceber os indígenas dos dois lados da fronteira mantêm, atualmente, algumas relações diferenciadas com os Estados nos quais habitam.

Os indígenas do Oiapoque veem passando por um processo em que a garantia de seus direitos está vinculada a ação do Estado brasileiro que, em diálogo com o movimento indígena, formaliza políticas indigenistas, principalmente após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Essas políticas visam atender ao direito dos indígenas em permanecer em seus territórios, de forma a garantir proteção à sua identidade étnica, no contexto específico em que, seu território e sua identidade, foram construídos e/ou reafirmados. Os indígenas acumulam a cidadania brasileira e a identidade indígena. Possuem direitos especiais pela Constituição brasileira e sob este manto jurídico estão amparados e adequados todos os direitos indígenas.

A principal política pública indigenista é, sem dúvida, a garantia de posse coletiva sobre a terra tradicionalmente ocupada, a chamada Terra Indígena (TI), em Oiapoque as TI são demarcadas e homologadas. Essa realidade proporciona uma expectativa e segurança à manutenção e reprodução física e cultural destes povos.

Já a legislação francesa não enxerga indígenas, somente cidadãos franceses. Não importa a origem étnica do indivíduo. Uma vez cidadão francês, receberá tratamento igualitário. A Constituição francesa não abre espaço para o exercício, ao mesmo tempo, de cidadania francesa e identidade étnica autóctone. Diferentemente do Brasil, onde o cidadão índio pode exercer plenamente a identidade indígena, sem prejuízos e ainda com a conquista de direitos específicos e diferenciados.

Na Guiana Francesa a legislação é única para o cidadão francês. Diante desta limitação normativa foi utilizado um artifício jurídico para contemplar os indígenas com terras coletivas - o Decreto Ministerial de 1989 que prevê a concessão de Zonas de Direito de Uso Coletivo

(ZDUC) para comunidades que tradicionalmente retiram da floresta os recursos necessários à sua subsistência. As Zonas se assemelham com as Terras Indígenas brasileiras, mas possuem diferenças quanto à possibilidade de alteração de seus limites e o acesso permitido a qualquer pessoa, sem trâmites burocráticos. Ou seja, a ZDUC francesa é uma realidade prevista em um Decreto Ministerial e a TI brasileira um direito constitucionalmente reconhecido.

Outra questão é que as populações indígenas acessam as mesmas políticas públicas desenvolvidas para todos os cidadãos franceses. Não existe na Guiana Francesa órgão indigenista estatal. O sistema educacional e de saúde atendem a todos. Não existem especificidades quanto aos serviços, o que prevalece é o modelo da metrópole francesa. Se por um lado esse modelo atende a todos, por outro, afeta as populações autóctones em suas particularidades.

A imposição das fronteiras estabelecidas pelos Estados nacionais e de suas políticas tem causado a diminuição da maleabilidade dos contatos entre indígenas dos dois lados da fronteira (do Oiapoque e da Guiana Francesa). Contudo, atualmente, os indígenas estão desenvolvendo outros tipos de relações, inspirados por instituições que militam na causa indígena e que procuram encontrar respostas em conjunto para a realidade vivida pelos povos indígenas da região (GALLOIS; GRUPIONI, 2009).

Em 2008, por iniciativa do Iepé (Instituto de Pesquisa e Formação em Educação Indígena), foi inaugurada uma iniciativa de articulação transfronteiriça. Essa articulação envolve os indígenas do Brasil, da Guiana Francesa e do Suriname, com objetivo de proporcionar uma maior integração dos indígenas na região. A primeira reunião, ocorrida em Macapá-Amapá, congregou os indígenas dessas regiões para discutirem temáticas e interesses comuns. Nessa reunião destacaram a necessidade de resgate das antigas redes de contato, que existiram por séculos, conectando-os a complexas estruturas de comunicação e relacionamento (GRUPIONI; YOKOTA, 2011). Para os indígenas seria uma nova roupagem política das antigas redes, pautada no diálogo para estabelecimento de propostas e soluções efetivas aos seus interesses comuns.

Após a primeira reunião foram efetuadas mais quatro: uma em Saint Georges (2009); duas na região de Galibi no Suriname (2010 e 2012) e uma em Oiapoque (2011). Nesses

encontros participaram lideranças indígenas das regiões envolvidas, representantes de órgãos indigenistas, o poder público e demais interessados nas questões indígenas e de fronteiras.

Visando a efetiva articulação transfronteiriça os representantes indígenas e não indígenas colocaram em debate temas como: questões ambientais e territoriais, segurança, saúde e educação (GRUPIONI; YOKOTA, 2011).

O Brasil tem servido de modelo aos seus vizinhos, principalmente quanto à política territorial e aos direitos indígenas conquistados pela Constituição Federal de 1988. Assim, influenciados pela legislação brasileira que possibilitou a demarcação e titulação das Terras Indígenas no Oiapoque, os Palikur de Saint Georges na Guiana Francesa, têm requerido reconhecimento de uma área onde possam praticar suas atividades tradicionais e de subsistência (GRENAND; GRENAND, 2010).

Conforme Grupioni e Yokota (2011), a junção de etnias diferentes em um mesmo ambiente trouxe a possibilidade de diálogo em seus idiomas próprios, rompendo as barreiras idiomáticas de seus países. Assim, os Palikur do Oiapoque conseguem conversar em sua língua nativa como os Palikur de Macouria na Guiana Francesa ou os Kali'na de Oiapoque, que ainda falam o idioma nativo, podem conversar com os Kali'na da Guiana Francesa e do Suriname.

Esta autonomia de expressão e troca de soluções diferentes para problemas semelhantes enriquece essas populações, uma vez que podem perceber melhor as suas deficiências e planejar ações com maior habilidade para aprimorarem a sua qualidade de vida, embasadas em experiências bem sucedidas e aprendendo também com as práticas infrutíferas.

Os jogos indígenas anuais constituem uma experiência de interação que vem dando certo, segundo os participantes da interação transfronteiriça. Os jogos ocorrem na comunidade Galibi Kali'na de Awala-Yalimapo na Guiana Francesa que em conjunto com as etnias do Suriname e do Oiapoque participam avidamente da sua realização trocando experiências diversas. Durante a realização dos jogos o governo francês flexibiliza os trâmites de entrada das etnias indígenas participantes dos jogos. Os Kali'na da cidade sede se responsabilizam pelo ingresso e permanência de indígenas convidados.

Contudo, algumas questões vêm preocupando os indígenas de ambos os lados da fronteira, decorrentes das políticas e dos esquemas de integração continental concretizadas na fronteira pelo Brasil e pela Guiana Francesa.

Do lado da Guiana Francesa, o garimpo legal ou ilegal aflige os indígenas que compõem a região de articulação transfronteiriça. Segundo eles o garimpo vem trazendo consequências funestas à qualidade de vida, tanto pela degradação ambiental provocada pelos impactos inerentes a esta atividade, quanto pelo aumento da violência, decorrente da disputa por novas áreas de garimpo.

Do lado brasileiro, os representantes indígenas criticam a forma como o Estado vem desenvolvendo projetos de integração fronteiriça. Ou seja, como o Estado tem utilizado o território indígena, apropriando-se, modificando e/ou construindo projetos que tem afetado diretamente o seu território. Entre esses projetos estão a construção da ponte binacional, que liga o Brasil (Oiapoque/Amapá) a Guiana Francesa (Saint Georges e Caiena), a passagem da linha de transmissão de energia elétrica da Eletronorte e a pavimentação da BR 156.

Os projetos de energia elétrica e pavimentação atravessam as terras indígenas do Oiapoque, contrariando o que prevê a Constituição Federal, pois as negociações quanto ao direito a compensações e mitigações pela perda ou restrição do uso nos trechos utilizados para asfaltamento da BR 156 e para passagem da linha de transmissão não estão sendo feitas de forma tranquila.

Existe preocupação com a construção da ponte binacional (Brasil e França), porque, segundo os povos do Oiapoque, a fronteira se tornará invisível no que tange ocupação do território, permitindo que ele seja invadido por não índios e pressionando-o de forma desfavorável.

Os indígenas participantes das iniciativas de integração transfronteiriça consideram, também, que a conclusão das obras da ponte binacional, que interliga as cidades de Oiapoque e Saint Georges, poderá apresenta-se como uma nova possibilidade de interação entre os países fronteiriços e principalmente entre as populações destas cidades, inovando os contatos entre os indígenas que terão disponível uma via diferente de intercâmbio. O futuro revelará como os indígenas utilizarão esta nova possibilidade de interação.

CONSIDERAÇÕES

A investigação do processo histórico vivenciado pelos povos indígenas situados nos limites que separam Oiapoque (Brasil) e Guiana Francesa (França) nos possibilitou verificar a interface entre as sociedades indígenas e suas relações históricas com os Estados nacionais aos quais pertencem.

Os indígenas que vivem na fronteira, historicamente, constituíram espaços de sociabilidade e de dinamicidade compartilhadas entre as populações locais, em relação ao comércio, as trocas que estabelecem ou as situações linguísticas e religiosas vivenciadas em múltiplas relações que se interpenetram. Assim, compreender como os indígenas dos dois lados da fronteira estabeleceram e estabelecem redes de contatos ao longo da história, nos permite referenciá-los e circunscrevê-los nos espaços onde vivem e constroem seus significados, articulados em espaços nem sempre coincidentes com os limites nacionais.

O modo de vida atual dos povos indígenas da fronteira Oiapoque-Guiana Francesa é um produto histórico dos processos socioculturais e políticos que dependeu das redes estabelecidas constituídas e em construção a partir das relações sociais e dos vínculos ao território nacional, que se delineiam conforme as relações sociais e as políticas traçadas para os indígenas da Guiana Francesa e do Oiapoque.

Os indígenas transitam por territorialidades diferenciadas e vivem em meio às políticas públicas e aos esquemas de integração continental concretizadas na fronteira franco-guianense e brasileira, determinadas pelos países onde residem. Desta forma, consideramos que as questões apresentadas pela pesquisa quanto à história de contato e as redes estabelecidas entre os indígenas do Oiapoque e da Guiana Francesa, poderão ajudar na compreensão de como esses povos podem ou não consolidar iniciativas de integração transfronteiriça.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Eneida C. de. *Escola Indígena, uma “frente ideológica”?* Dissertação (Mestrado em Antropologia Social), Brasília: UnB, 1981.

BARROS, José D’Assunção. *O campo da história. Especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004.

GALLOIS, Dominique Tilkin; GRUPIONI, Denise Farjado. *Povos Indígenas do Amapá e norte do Pará; quem são, onde estão, quantos são, como vivem e o que pensam?* 2ª ed., Rio de Janeiro: Iepé; Iphan/MinC, 2009.

GALLOIS, Dominique Tilkin. Percursos de uma pesquisa temática. In: GALLOIS, Dominique Tilkin. (Org.). *Redes de relações nas Guianas*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2005.

GRENAND, Françoise et all. *Indiens de Guyane: Wayana et Wayampi de la foret*. Paris: Autrement/Orstom, 1998.

GRENAND, Françoise; GRENAND, Pierre. *A ponte sobre o rio Oiapoque*. Cayenne: IRD, 2010.

GRUPIONI, Denise Farjado; YOKOTA, Décio Horita. Construindo uma articulação transfronteiriça. In: RICARDO, Beto; RICARDO, Fany. *Povos Indígenas do Brasil: 2006-2010*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

LOPES, Paula Morgado Dias. Os Aparai, os Wayana e seus princípios cosmológicos. In: GALLOIS, Dominique Tilkin. (Org.). *Sociedades indígenas e suas fronteiras na região sudeste das Guianas: contribuições etnográficas*. São Paulo: USP/NHII; Fapesp, 2003.

MEIRA, Sérgio. A família linguística Caribe (Karib). *Revista de Estudos e Pesquisas. FUNAI, Brasília*, v. 3, n. 1/2, p. 157-174, jul./dez. 2006.

MUSSOLINO, Álvaro Augusto Neves. *Migração, identidade e cidadania Palikur na fronteira do Oiapoque e litoral sudeste da Guiana Francesa*. Tese (Doutorado). Brasília: UnB, 2006.

NUNES FILHO, Edinaldo Pinheiro. *Condições ecológicas de ocupação humana na região do Amapari no período pré-colonial*. Tese (Doutorado). Belém: NAEA/UFGA, 2010.

PATEO, Rogério Duarte do. Guerra e devoração. In: GALLOIS, Dominique Tilkin. (Org.). *Redes de relações nas Guianas*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2005.

SZTUTMAN, Renato. Sobre a relação xamânica. In: GALLOIS, Dominique Tilkin. (Org.). *Redes de relações nas Guianas*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas: Fapesp, 2005.

VIDAL, Lux Boelitz. *Povos Indígenas do Baixo Oiapoque: o encontro das águas, o encruzo dos saberes e a arte de viver*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Museu do Índio/Iepé, 2009.